

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DO CONTRATO

Divisão de Gestão de Contratos do Departamento de Engenharia e Arquitetura

UNIDADE RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

Divisão de Projetos do Departamento de Engenharia e Arquitetura

1. DO OBJETO

1.1. O objeto do presente procedimento licitatório é a contratação de empresa especializada de arquitetura e/ou engenharia para elaboração de **Estudos Técnicos de Diagnóstico, Anteprojeto e Projeto Executivo de Acessibilidade, objetivando a adequação das Normas Técnicas para acessibilidade na Unidade do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ situada no Município de Almirante Tamandaré – Fórum Central**, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas neste Termo de Referência e demais documentos anexos, conforme constante no Parecer 8407773 DEA-DAR .

LOTE 1 – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP

OBJETO: elaboração de **Estudos Técnicos de Diagnóstico, Anteprojeto e Projeto Executivo de Acessibilidade, objetivando a adequação das Normas Técnicas para acessibilidade na Unidade do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ situada no Município de Almirante Tamandaré – Fórum Central**, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas neste Termo de Referência e demais documentos anexos, conforme constante no Parecer 8407773 DEA-DAR.

Endereço: Rua João Baptista de Siqueira, 282 – Vila Raquel
Almirante Tamandaré, PR

Área de Construção: 3.319,40 m²

Área do Terreno: 8.698,00 m²

Número de Pavimentos: 2 pavimentos

Terreno de propriedade do Estado do Paraná (Matrícula 10.362, DOC 8797310)

LOTE 2 – ESPELHO

OBJETO: elaboração de **Estudos Técnicos de Diagnóstico, Anteprojeto e Projeto Executivo de Acessibilidade, objetivando a adequação das Normas Técnicas para acessibilidade na Unidade do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ situada no Município de Almirante Tamandaré – Fórum Central**, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas neste Termo de Referência e demais documentos anexos, conforme constante no Parecer 8407773 DEA-DAR .

Endereço: Rua João Baptista de Siqueira, 282 – Vila Raquel
Almirante Tamandaré, PR

Área de Construção: 3.319,40 m²

Área do Terreno: 8.698,00 m²

Número de Pavimentos: 2 pavimentos

Terreno de propriedade do Estado do Paraná (Matrícula 10.362, DOC 8797310)

OBSERVAÇÃO: o Lote 2 somente será adjudicado em caso do Lote 1 restar deserto ou frustrado.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Conforme constante no documento Minuta (8408338) DEA-DAR, item 2:

" O Poder Judiciário do Estado do Paraná, com a presente contratação, tem o objetivo de aplicar a legislação vigente relativamente a acessibilidade adequando à unidade judiciárias do Município e Comarca de Almirante Tamandaré, garantindo o direito de ir e vir com autonomia e independência a toda a população, inclusive às pessoas com mobilidade reduzida, permitindo seu fortalecimento social, político e econômico.

Os valores do Poder Judiciário paranaense foram formalizados por meio de atributos de valor para a sociedade, entre estes o valor **ACESSIBILIDADE**, objetivando criar as condições para o acesso à Justiça e a promoção da efetiva tutela dos direitos fundamentais, valor este correlato ao Objetivo Estratégico 01, **Garantia dos Direitos Fundamentais**, referente ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos, de forma universalizada e isonômica.

Na mesma vertente, a Resolução nº 401 de 2021 do CNJ, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares prevê em seu art. 2º:

A fim de promover a igualdade, deverão ser adotadas, **com urgência**, medidas apropriadas para eliminar e prevenir quaisquer barreiras urbanísticas, ou arquitetônicas, de mobiliários, de acesso aos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais ou tecnológicas.

Para tanto, visando a plena adequação das condições físicas de acessibilidade arquitetônica e urbanística às unidades do Poder Judiciário nacional, prescreve o art. 4º da mesma Resolução, incisos VII a IX que:

Art. 4º Para promover a acessibilidade, o Poder Judiciário deverá, entre outras atividades, implementar:

(...)

VII – a adoção de todas as normas técnicas de acessibilidade na construção, na reforma, na locação, na ampliação ou na mudança de uso de edificações, primando-se pela adoção do desenho universal e garantindo-se as adaptações razoáveis;

VIII – adaptações arquitetônicas e urbanísticas, observados os limites de sua competência, que permitam a acessibilidade e a livre movimentação, com independência e segurança, da pessoa com deficiência, tais como rampas, elevadores, vagas de estacionamento próximas aos locais de atendimento e acesso facilitado para a circulação de transporte público nos locais dos postos de trabalho e atendimento ao público, tendo como referência as normas vigentes;

IX – a adaptação de mobiliário adequado que atenda aos princípios do desenho universal e às necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

(...)

Desta forma, para dar pleno atendimento aos requisitos de acessibilidade esperados de uma instituição pública, as unidades jurisdicionais e administrativas do Poder Judiciário do Estado do Paraná, inclusive a unidade em tela de Almirante Tamandaré, deverão atender, com a urgência preconizada pelo CNJ, aos requisitos da ABNT NBR 9050, NBR 16.537, NBR 15.450, Leis Federais 13.146/2015 e 10.098/2000: *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*, bem como o Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, e as Resoluções 401/2021 e 114/2010 do CNJ, e outros dispositivos legais e normativos vigentes e atinentes à matéria.”

2.2. Quantitativo estimado será destinado em 100% (cem por cento) ao 1º grau de jurisdição.

3. DO PREÇO MÁXIMO

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em **R\$ 63.308,17 (sessenta e três mil, trezentos e oito reais, e dezessete centavos)**, conforme planilha constante no documento Anexo 02 – PLANILHA PREÇOS MÁXIMOS (8408386).

3.2. A metodologia é baseada na Nota Técnica SEA nº 11/2015 (Procedimento para estimar preço para contratar projetos de engenharia e arquitetura) emitida pelo Ministério Público Federal, e a Resolução conjunta SEIL/DER nº. 003/2012 emitida pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná e utiliza como base o valor dos Custos Unitários Básicos de Construção (CUB/m²), publicado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCON.

4. DO PRAZO

4.1. O prazo de execução dos serviços é de 60 dias, distribuídos em 03 etapas, conforme cronograma físico constante no item 5 – DA ENTREGA deste Termo.

5. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. O contrato será executado em regime de empreitada por preço global.

5.1.1. O regime de execução será a empreitada por preço global, pois se trata de elaboração e projetos, a ser executado com base nas especificações e quantitativos confeccionados com boa margem de precisão. Por isso, é possível às licitantes oferecerem preço certo e total para a execução completa do objeto.

5.2. O critério de julgamento da presente licitação é o **menor preço global/menor percentual de desconto linear**.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS

6.1. O objeto a ser contratado é classificado como “serviço de engenharia”, nos termos do artigo 4º, XXIX da lei 15.608/2007, devido à atividade em que predomine o trabalho de profissional registrado no Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA.

7. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O escopo do serviço a ser contratado é a elaboração de Estudos Técnicos de Diagnóstico, Anteprojeto e Projeto Executivo de Acessibilidade na Unidade do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ situada no Município de Almirante Tamandaré, constando relatórios, memoriais descritivos, identificação das necessidades, quadro resumo, planilha de custos, orçamentos, cronogramas, plantas técnicas, caderno de especificações técnicas e demais documentos abaixo listados, conforme constante no item 6 do documento 8408338:

7.1 A execução dos serviços será iniciada de acordo com as etapas e observará o cronograma deste Termo de Referência, com os seguintes produtos de entrega:

- 7.1.1 Produto de Entrega 1: Estudo Técnico de Diagnóstico (ETD)
- 7.1.2 Produto de Entrega 2: Anteprojeto
- 7.1.3 Produto de Entrega 3: Projeto Executivo

7.1 Produto de Entrega 1: Estudo Técnico de Diagnóstico

O estudo técnico de diagnóstico deverá ser realizado conforme descrito neste documento, e compreende o levantamento técnico das condições atuais da edificação em questão e deverá ser elaborado em consonância com as normas técnicas pertinentes.

Faz parte do escopo do contrato o custo de serviços para execução de levantamentos e estudos, locação de eventuais equipamentos, contratação de estudos adicionais específicos, e outros necessárias a perfeita execução do escopo do contrato.

A vistoria para levantamento de dados para emissão do Estudo Técnico de Diagnóstico deve ser agendada previamente com o Responsável Técnico do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

O Estudo Técnico de Diagnóstico deverá ser apresentado na forma de Laudo Técnico, e deverá conter e apresentar detalhadamente:

7.1.1 Identificação da unidade vistoriada, objetivo, fundamento legal e normativo técnico que embasam o ETD, do emissor do ETD, descrição sucinta do objeto de vistoria, data da realização da vistoria, assinatura do agente emissor.

7.1.2 Quadro resumo das deficiências de acessibilidade encontradas na unidade vistoriada.

7.1.3 Memorial descritivo das situações fáticas do imóvel diante da aplicação da NBR 9050 e demais instrumentos legais e normativos já referidos, com devida identificação de quais seriam as implementações necessárias segundo as leis e normas, tais como as sinalizações, as obras civis necessárias, os equipamentos, as adequações organizacionais (rotas acessíveis) e todos

os dispositivos determinados em norma, justificando sua aplicação referenciando sempre a respectiva norma.

7.1.4 Relatório fotográfico da situação fática demonstrando e comprovando que existe a necessidade das ações de conformidade à referida lei ou norma, vinculando e localizando em planta as imagens às intervenções a serem implementadas conforme descritas na alínea anterior.

7.2 Produto de Entrega 2: Anteprojeto

Material complementar e orientado pelo Estudo Técnico de Diagnóstico, conforme o disposto na Lei de Licitações n.º 14.133/2021 no seu Art. 6º, inciso XXV.

Dentre as diversas alternativas possíveis de serem implementadas, a CONTRATADA deverá justificar a alternativa que ela eleger como a melhor, considerando os aspectos econômicos e operacionais e legais especificando-a ao final do trabalho.

O anteprojeto será composto por: **Planilha de Custos, Cronograma Físico e Plantas Técnicas.**

7.2.1 Planilha de Custos

A Planilha de Custos ou orçamentária de todas as implementações que serão necessárias, deverá ser apresentado obedecendo ao Decreto Federal 7.983/13 e Acórdão 2.622/13 do TCU (BDI), devendo apresentar:

7.2.1.1 O custo detalhado e individualizado de cada obra civil envolvida;

7.2.1.2 O custo de todos os dispositivos, elementos de sinalização e equipamentos a serem implementados;

7.2.1.3 Os respectivos custos de instalação dos dispositivos, dos elementos de sinalização e dos equipamentos a serem implementados;

7.2.1.4 Os respectivos quantitativos e unidades de medida (unidades contáveis ou incontáveis);

7.2.1.4.1 Unidades contáveis são as mensuráveis unitariamente, podendo ser expresso para determinar: peso (Kg), volume (L ou m³), tempo (horas), peça (unidade), área (m²), dentre outras unidades de medidas.

7.2.1.4.2 Unidades incontáveis são as aplicadas quando não se pode mensurar unitariamente, podendo ser expresso para determinar, um serviço específico que engloba diversas atividades: uma instalação, uma inspeção de rotina, um ato de fiscalização, dentre outros.

7.2.1.4.3. Apresentar o valor dos preços unitários contáveis ou incontáveis em reais (R\$);

7.2.1.5 Quando houver a necessidade de implantação de Obras Cíveis ou de Serviços Específicos, o seu demonstrativo na planilha de custos deverá complementar a seguinte fundamentação técnica:

7.2.1.5.1 Descrição dos Materiais a serem utilizados, dos Equipamentos e dispositivos a serem instalados ou utilizados, com todas as suas respectivas especificações, dentro do seguinte nível abrangência técnica:

- a) Apresentar o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou um complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração de um futuro projeto executivo, principalmente, mas não exclusivamente, na realização das obras cíveis necessárias nas aplicações de adaptabilidade a NBR 9050 e demais legislações e normativas;
- b) Elaborar, com base nas indicações nos estudos técnicos, e que assegurem a viabilidade técnica, o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, quando for necessário, com informações que possibilitem a avaliação do custo da obra ou do serviço, com a definição dos métodos aplicados e do prazo estimado de execução.
- c) Apresentar todo o desenvolvimento das soluções escolhidas de forma a fornecer visão global da(s) obra(s), e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- d) Identificar e apresentar todos os tipos de serviços a serem executados, os materiais a serem utilizados, na sua especificação, forma e posicionamento e os equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações que

assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;

d) Apresentar todos os subsídios técnicos que possibilitem ao TJPR, a montagem de um processo licitatório para:

d.1) Contratação de empresa para execução de obras civis, que se fizerem necessárias, segundo o previsto no Anteprojeto e Projeto Executivo;

d.2) Adquirir e aplicar todas as sinalizações, equipamentos e dispositivos especificados, de acordo com os seus respectivos quantitativos e posicionamentos nas edificações;

d.3) Elaborar uma estratégia de programação de suprimentos de materiais e mão de obra, para atendimento a norma;

d.4) Implementar normas de contratação ou gestão de fiscalização de obras e serviços;

e) Apresentar outros dados que se fizerem necessários.

f) Apresentar as obras civis necessárias em planta baixa específica e detalhada, com tantos cortes e detalhes quantos necessários, ao adequado entendimento da implantação a ser realizada.

7.2.2 Cronograma Físico

O Cronograma físico deverá estar orientado pelas necessidades de adaptabilidade identificadas e descritas nos itens anteriores, com as obras e serviços lançados de forma cronológica e sequencial de modo a apresentar um prazo estimado para conclusão de cada respectiva intervenção em atendimento a norma técnica NBR 9050 e demais legislações e normativas criadas no item 2 deste Termo e dentro da seguinte abrangência:

7.2.2.1 O prazo máximo para apresentação dos projetos será contado a partir da assinatura do contrato, deverá atender aos prazos do cronograma físico.

7.2.2.2 No caso de obras civis, deverá ser considerado apenas o prazo de execução da obra, desconsiderando quaisquer outros prazos complementares, tais como licenças ambientais, de instalação, etc., e orientado exclusivamente ao que foi determinado e discriminado na planilha de custos;

7.2.2.3 Os prazos de entrega de materiais, equipamentos, dispositivos, etc. deverão atender aos prazos orientados pelos os respectivos fornecedores.

7.2.3 Plantas Técnicas

As Plantas Técnicas deverão ser produzidas SOMENTE PARA OS LOCAIS onde deverão ser realizadas as intervenções de adaptabilidade a norma NBR 9050 e outras legislações e normas que envolvam IMPLEMENTAÇÃO ATRAVÉS DE UMA OBRA CIVIL OU APLICAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO ESPECIAL, como por exemplo a reforma de um banheiro para atendimento à norma, a implementação de uma rampa de acesso, a instalação de elevador ou monta carga, abertura de vão de acesso, etc., e conforme descrito em memorial descritivo, e nelas, deverão ser contempladas somente a inserção das adequações, com todos os cortes e detalhes que se fizerem necessários ao devido entendimento da referida adequação, dentro da seguinte abrangência:

7.2.3.1 Todos os ambientes deverão ser retratados, fielmente, através de suas dimensões de largura e comprimento, bem como as especificações de seus acessos;

7.2.3.2 A planta baixa e todo o seu detalhamento deverá ser apresentado em escala, 1:50 ou 1:100, preferencialmente.

7.2.3.3 A representação dos banheiros, das louças sanitárias e seus principais componentes deverão obedecer a NBR 9050;

7.2.3.4 A planta técnica poderá apresentar qualquer detalhamento que se fizer necessário, de forma explodida no próprio corpo do desenho ou apartado a ele, desde que devidamente registrado, isto quando o objetivo for proporcionar uma clara visualização do que será implementado.

7.2.3.5 As plantas técnicas podem ser subdivididas, se for o caso ou necessário ao esclarecimento da intervenção, em:

a) de iluminação, de distribuição elétrica ou da hidráulica;

b) de implementação de equipamentos especiais, de componentes e/ou dispositivos;

- c) das rotas de acessibilidade ou de,
- d) outros pontos a serem explorados especificadamente, caso seja necessário seu detalhamento.

7.2.3.6 O conjunto de plantas técnicas deverá ser entregue na forma impressa em duas vias, devidamente assinadas e, em dois arquivos digitais (eletrônicos), um na extensão pdf e outro na extensão dwg.;

7.2.3.7 As plantas técnicas devem conter minimamente:

- a) as simbologias de representação gráfica conforme as prescritas em norma técnica ABNT correspondente. Utilizou-se como referência a NBR 6492 para representação de projetos de arquitetura;
- b) Indicação do Norte, eixos do projeto e sistema estrutural;
- c) Em relação a necessidade de obras civis, a indicação de todas as cotas necessárias para a execução da obra e para implementação de dispositivos e equipamentos relacionados a ela.
- d) Caracterização dos elementos do projeto: como as rotas de acesso e demais elementos significativos;
- e) Denominação e numeração dos compartimentos com suas respectivas áreas úteis;
- f) Codificação dos elementos a serem detalhados e que se fizerem necessários tais como: portas, janelas, escadas, entre outros;
- g) Marcação de cortes e fachadas quando houver necessidade;
- h) Marcação dos detalhes e ampliações;
- i) Marcação de projeção de elementos significativos acima ou abaixo do plano de corte, quando se fizer necessário;
- j) Indicação dos níveis de piso acabado (rampas);
- k) As notas gerais, os desenhos de referência e o carimbo.

7.3 Produto de Entrega 3: Projeto Executivo

Material complementar e orientado pelo Anteprojeto, conforme o disposto na Lei de Licitações n.º 14.133/2021 no seu Art. 6º, inciso XXVI, sendo este o conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no anteprojeto, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

7.3.1 Além dos desenhos que representem todos os detalhes construtivos elaborados com base no Estudo Técnico aprovado e Anteprojeto, o Projeto Executivo será constituído por um relatório técnico, contendo a revisão e complementação do memorial descritivo apresentado naquela etapa de desenvolvimento do projeto.

7.3.2 O projeto executivo deve ser a última peça a ser realizado, sendo entregue com seus devidos detalhamentos, plantas, cortes, cronograma de execução, etc.

7.3.3 O Projeto Executivo deve conter no mínimo:

- a) Pranchas de desenho com os detalhes do projeto (03 cópias);
- b) Detalhes nas pranchas de desenho do desenvolvimento do anteprojeto;
- c) Orçamento detalhado em nível de projeto executivo;
- d) Composição dos custos unitários (CCU) de todos os itens de serviços;
- e) Composição das taxas de BDI (edificação e equipamento);
- f) Composição dos encargos sociais de horistas e mensalistas (SINAPI);
- g) Caderno de especificações técnicas;
- h) ART/RRT de todos os projetos;
- i) ART/RRT da planilha orçamentária.
- j) TERMO DE REFERÊNCIA para contratação de projetos de acessibilidade.

7.3.4 A fim de instruir o edital da licitação para contratação da execução dos projetos, o projeto executivo deverá conter o perfil dos profissionais que a empresa vencedora do certame de obra deve dispor em seu quadro para consecução do objeto, assim como os requisitos mínimos necessários para a habilitação técnica.

8. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

- 8.1. A presente licitação está dividida em lotes: 1 lote exclusivo ME/EPP e 1 lote espelho, estando tal formatação nas proporções que se encontra adequada para proporcionar a competitividade esperada para o certame.
- 8.1.1. Não há perda de economia em escala com a divisão dos lotes.

9. DA CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 9.1. Aplica-se, no presente caso, o benefício previsto no art. 48, inciso I, do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que versa sobre a licitação exclusiva à participação de ME e EPP quando o valor global da contratação for de até R\$ 80.000,00, pois o preço máximo deste certame foi fixado em **R\$ 63.308,17 (sessenta e três mil, trezentos e oito reais, e dezessete centavos)**.
- 9.2. O lote 1 é destinado exclusivamente às micro e pequenas empresas, o lote 2, é espelho, nos termos dos artigos 48, incisos I e III da LC 123/06 e do Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, (Acórdão nº 2122/19 – Tribunal Pleno, Relator Conselheiro Artagão de Mattos Leão, data da sessão 31/07/2019, publicado em 27/08/2019).
- 9.3. O Lote 1 do Capítulo 1 do presente Termo de Referência é reservado à participação exclusiva de ME/EPP, estando tal formatação nas proporções que se encontra adequada para proporcionar a competitividade esperada para o certame.
- 9.4. Restando deserto ou fracassado o lote 1 do item 9.3, de Participação Exclusiva de micro e pequenas empresas, a Comissão procederá à análise do respectivo Lote Espelho (Lote 2 do Capítulo 1 do presente Termo de Referência).

10. DA PROPOSTA

- 10.1. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste Termo de Referência.
- 10.2. Para efeito do julgamento será considerado o menor preço total para cada um dos 2 Lotes do Capítulo 1 do presente Termo de Referência, separadamente, previsto para a contratação..
- 10.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.
- 10.4. A proposta deverá conter apenas uma opção de preço unitário e total para cada um dos Lotes do Capítulo 1 do presente Termo de Referência, separadamente, sob pena de desclassificação do(s) Lote(s) cotado(s).
- 10.5. A(s) empresa(s) licitante(s) poderá(ão) cotar apenas o(s) lote(s) no(s) qual(is) tenha interesse de participação.
- 10.6. No caso de a aquisição ou prestação de serviço, objeto desta licitação, ocorrer de fornecedor paranaense, ou seja, em operação interna, deverá ser praticada com isenção do ICMS, conforme dispõe o item 114 do Anexo V – Isenções, do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.871/2017, editado com amparo no Convênio ICMS nº 26/2003, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, conforme endereço eletrônico: http://www.comprasparana.pr.gov.br/arquivos/File/ISENCAO_DO_ICMS_COMPRASPARANA.pdf.
- 10.7. A apresentação de proposta implicará obrigatoriedade de informar um e-mail válido e acessá-lo diariamente, exceto nos dias que não forem úteis, para as comunicações que se fizerem necessárias, inclusive para envio da nota de empenho.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-HABILITAÇÃO

- 11.1. Para comprovação de qualificação técnica para contratação é necessário o preenchimento do Termo de Nomeação, documento em anexo, assinado pelos profissionais, contendo:

11.1.1. Nomeação de 1 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado a ser designado como Coordenador e uma equipe de profissionais de nível superior, habilitados em cada área específica.

- I. O Coordenador Geral dos Projetos somente poderá ser designado para esta função/atividade;
- II. Os demais profissionais, desde que habilitados, poderão ser designados como responsáveis por mais de um projeto/atividade;
- III. Todos os profissionais nomeados podem pertencer ao quadro permanente da empresa ou serem contratados como autônomos;
- IV. Consideram-se como legalmente habilitados os profissionais, nomeados para as atividades do Termo de Nomeação (em anexo), com as seguintes qualificações para:
 - Responsável pelo Projeto de Acessibilidade - profissional legalmente habilitado e registrado no CREA ou CAU;
 - Responsável pelo Projeto Civil (fundação, estrutural, hidráulico) - profissional legalmente habilitado e registrado no CREA ou CAU;
 - Responsável pelo Projeto elétrico - profissional graduado em Engenharia Elétrica, devidamente habilitado e registrado no CREA;
 - Responsável pelo Projeto mecânico - profissional graduado em Engenharia Mecânica, devidamente habilitado e registrado no CREA;
 - Coordenador de Orçamento – profissional legalmente habilitado e registrado no CREA ou CAU;
 - Responsável pelo Orçamento do Projeto de Acessibilidade - profissional legalmente habilitado e registrado no CREA ou CAU;
 - Responsável pelo Orçamento Projeto Civil – profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU;
 - Responsável pelo Orçamento do Projeto elétrico - profissional graduado em Engenharia Elétrica, devidamente habilitado e registrado no CREA;
 - Responsável pelo Orçamento do Projeto mecânico - profissional graduado em Engenharia Mecânica, devidamente habilitado e registrado no CREA;

11.2. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Certidão de Registro de Empresa junto ao CAU, dentro do prazo legal de sua vigência.

11.3. Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA, referente aos responsáveis técnicos de engenharia e Certidão de Registro e Quitação emitida pelo CAU, referente aos responsáveis técnicos de arquitetura, dentro do prazo legal de sua vigência.

11.4. Os responsáveis técnicos nomeados deverão apresentar prova de que tenham executado projeto, por meio de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo Conselho Profissional competente (CREA ou CAU):

a. Para a empresa e o Coordenador geral dos projetos:

- Coordenação ou compatibilização de projeto de construção nova similar à do objeto, que englobe no mínimo duas áreas técnicas distintas, com área mínima de 250,00 m², como por exemplo: coordenação ou compatibilização de projeto arquitetônico com projeto estrutural, ou projeto hidráulico com projeto elétrico, etc.

b. Para o Responsável pelo Projeto de Acessibilidade:

- Elaboração de projeto arquitetônico de acessibilidade similar à do objeto, com área mínima de 250,00 m²;

c. Para o Responsável pelo Projeto Civil (fundação, estrutural, hidráulico):

- Elaboração de projeto civil (fundação, estrutural, hidráulico) de construção nova similar à do objeto, com área mínima total do empreendimento de 250,00 m²;

d. Para o Responsável pelo Projeto de Instalações:

- Elaboração de projeto elétrico, com no mínimo, 25 pontos de tomadas (comuns e/ou estabilizadas);

e. Para o Responsável pela Coordenação de Orçamento:

- Elaboração de orçamento de obra similar ao objeto, com área mínima de 250,00 m².

12. DA ENTREGA

12.1. O prazo para a execução dos serviços é de **60 (sessenta)** dias, distribuídos em 3 etapas, conforme indicado a seguir, com início a partir da data estipulada na ordem de execução dos serviços, conforme cronograma abaixo:

SERVIÇO	PRAZO EM DIAS											
	0-5	6-10	11-	16-	21-	26-	31-	36-	41-	46-	51-	56-60
			15	20	25	30	35	40	45	50	55	
ESTUDO TÉCNICO DE DIAGNÓSTICO												
ANTEPROJETO												
PROJETO EXECUTIVO												

Produto de Entrega 1: Estudo Técnico de Diagnóstico (ETD)

Produto de Entrega 2: Anteprojeto

Produto de Entrega 3: Projeto Executivo

12.2. Conforme constante na Minuta do Contrato, os requerimentos ou manifestações da(s) empresa(s) referentes à entrega/execução do objeto (por ex.: prorrogações de prazos etc.), por medida de celeridade e segurança, deverão ser protocolados junto ao Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral do Tribunal de Justiça - Divisão de Protocolo Administrativo, sito na Sede Mauá- Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, que receberá um número de registro constando a data e hora de sua entrega, que valerá para fins de contagens de prazos legais, observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis, ou através do sítio eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/protocolo-admin>, devendo a interessada informar, no ato da protocolização, o número do expediente em epigrafe.

13. DO RECEBIMENTO

13.1. A **CONTRATADA** deverá realizar a entrega em etapas, de acordo com o atendimento ao previsto no cronograma, nos termos da respectiva cláusula da Minuta do Contrato em anexo.

14. DO CONTRATO

14.1. As obrigações decorrentes desta contratação a serem firmadas entre o Tribunal de Justiça e a empresa vencedora, serão formalizadas através de contrato observando-se a condições estabelecidas neste documento, da legislação vigente e da proposta apresentada.

14.2. O prazo de vigência do contrato será de **60 (sessenta) meses**, a partir da data da sua assinatura e está estipulado no capítulo DA VIGÊNCIA na Minuta do Contrato em anexo.

15. DA SUPERVISÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. A supervisão, orientação e fiscalização da efetiva execução do objeto da presente contratação estarão a cargo das seguintes unidades administrativas e usuários:

a) Unidade Gestora: Divisão de Gestão de Contratos (DGC) do Departamento de Engenharia e Arquitetura. E-mail: epneto@tjpr.jus.br.

a.1) Usuário Gestor: Ernesto Prendin Neto – matrícula nº 19.594.

b) Unidade Fiscal: Divisão de Projetos – Seção de Projetos de Arquitetura (DP-SPA) do Departamento de Engenharia e Arquitetura. E-mail: hstm@tjpr.jus.br e projetosengenharia@tjpr.jus.br.

b.1) Usuária Fiscal: Helena Aparecida Stephan Moro – matrícula nº 14.414.

15.2. O gerenciamento e a fiscalização dos serviços objeto da presente licitação, serão executados pelo Tribunal de Justiça e/ou por empresa especializada **CONTRATADA** para este fim, devendo a empresa **CONTRATADA** submeter periodicamente os desenhos e documentos elaborados à fiscalização.

§ **Primeiro:** Competirá ao servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato comunicar falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar sua correção.

§ **Segundo:** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE** e nos prazos estabelecidos.

§ **Terceiro:** A fiscalização, exercida no interesse do **CONTRATANTE**, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, do seu Coordenador, dos seus profissionais, seus agentes e prepostos, por qualquer dano que venha a causar ao **CONTRATANTE** OU A TERCEIROS.

16. DAS OBRIGAÇÕES

16.2. Conforme constante no Capítulo DAS OBRIGAÇÕES na Minuta do Contrato em anexo:

16.1.1. Caberá ao **CONTRATANTE**:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA** e pertinentes ao objeto do presente Contrato;
- c) Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da(s) fatura(s) em dia.

16.1.2. Caberá à **CONTRATADA**:

- a) **Apresentar até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato**, como condição para a emissão da ordem de execução dos serviços, os seguintes documentos:
 - a.1) Garantia de execução prevista na Cláusula Oitava do contrato;
 - a.2) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART's) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou respectivo documento de responsabilidade técnica de outro Conselho de Classe que habilite o profissional, dos profissionais de nível superior responsáveis técnicos, indicados na cláusula primeira do Contrato, devidamente quitada. Caso a **CONTRATADA**, bem como o(s) profissional(is) nomeado(s), seja(m) sediados e/ou domiciliados em outra jurisdição, e, consequentemente inscrita no CREA/CAU de origem, deverá apresentar o visto da empresa, junto ao CREA/CAU do Estado do Paraná, quando cabível e em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/66, em consonância com o art. 1º da Resolução nº 413/97 do CONFEA;
 - a.3) Demonstração de vínculo empregatício ou contratual com todos os profissionais designados, mediante cópia da CTPS, Contrato Social, ou Contrato de Prestação de Serviços;
- b) Manter durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e com as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência;
- c) O pagamento dos emolumentos prescritos em lei e a observância de todas as posturas referentes aos serviços;
- d) O pagamento de todas as obrigações sociais, patronais, patrimoniais, tributárias, trabalhistas e administrativas, além dos encargos securitários, previdenciários ou de qualquer outra natureza, relativos aos empregados e aos serviços ora contratados;
- e) A completa execução dos serviços em todas as suas fases pelo preço constante de sua proposta, sem revisão de quantidades, obedecendo a todas as especificações constantes nos elementos técnicos descritos, bem como, as normas avençadas;
- f) Submeter-se à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações do objeto do presente contrato;
- g) O cumprimento das formalidades necessárias à elaboração dos projetos e demais atribuições, além do pagamento de eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas;

- h) Havendo a necessidade de subcontratar serviços especializados, informar, previamente e por escrito, ao Tribunal de Justiça e este decidirá a conveniência ou não da subcontratação, não sendo admitido subcontratar o total dos serviços, porém, permitido fazê-lo parcialmente, apresentando a relação dos serviços e as empresas que irão executá-los, continuando a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais;
- i) Caso haja necessidade, obter junto às repartições competentes, às suas expensas, todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços contratados, bem como responder, a qualquer tempo, pelas consequências que a falta ou omissão das mesmas vierem a acarretar;
- j) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no procedimento licitatório;
- k) Atender prontamente as exigências do Departamento de Engenharia e Arquitetura, inerentes ao objeto deste contrato, sem ônus para o **CONTRATANTE**;
- l) Manter os dados do representante e da empresa (endereço, telefone, e-mail) atualizados;
- m) comunicar a Divisão de Gestão de Contratos, observando o disposto na alínea "ag", no prazo de 30 (trinta) dias contados do registro na Junta Comercial, quaisquer alterações havidas no contrato social, durante o prazo de vigência do contrato, bem como apresentar os documentos comprobatórios da nova situação;
- n) Elaborar todos os projetos e demais elementos técnicos de acordo com as Normas da ABNT, a Lei Estadual nº 15.608/07, a Lei Federal nº 8.666/93, a Lei nº 5194/1966, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, os quais deverão ser entregues com memorial, cadernos de encargos, quantitativos e especificações técnicas, de forma a garantir a aprovação dos projetos pelos órgãos competentes e facilitar a execução dos trabalhos, inclusive quanto à empresa SUBCONTRATADA, caso seja autorizado pelo **CONTRATANTE**;
- o) Agendar e comparecer às reuniões técnicas, elaborando as atas das reuniões e demais documentos necessários, responsabilizando-se pelo armazenamento e cópia de segurança de todas as versões impressas em mídia digital, para posterior apresentação, exame, avaliação dos serviços e compatibilização dos projetos;
- o.1) Deverão ser realizadas reuniões de acompanhamento do projeto quando necessário, no DEA (Departamento de Engenharia e Arquitetura) situado à Rua Álvaro Ramos, 150, Centro Cívico, Curitiba/PR, durante todas as etapas para apresentação prévia das tecnologias utilizadas, verificação de padrões utilizados por este Departamento de Engenharia e Arquitetura, acompanhamento dos projetos apresentados, retirada de dúvidas e demais necessidades relativas ao desenvolvimento;
- p) Submeter as atas de reuniões e demais documentos elaborados, ao Departamento de Engenharia e Arquitetura, a quem caberá comunicar eventuais falhas constatadas na execução dos serviços e solicitar que a **CONTRATADA** proceda, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a correção das mesmas;
- q) O recebimento de cada uma das etapas dos serviços será feito através de Reunião, podendo haver dispensa desta a critério da **CONTRATANTE**, para recebimento de serviços e projetos, onde serão apresentados, pela **CONTRATADA**, todos os trabalhos realizados. A falta de um ou mais documentos, relativos à determinada etapa, impedirá o recebimento dos demais serviços e a etapa será considerada não entregue;
- r) Apresentar todos os projetos com nível de detalhamento que permita a sua perfeita compreensão e que oriente a execução da obra, de acordo com a legislação vigente e o caderno de encargos e demais elementos que integram o Edital;
- s) Apresentar todos os projetos em 02 (duas) cópias plotadas em escala, em papel sulfite e em meio digital, sendo que a apresentação gráfica deverá ser executada em observância às Normas da A.B.N.T., constando necessariamente:
- I - memoriais de cálculos e descritivos;
 - II - relação de materiais;
 - III - quantitativo de materiais e serviços, individuais para cada projeto;
 - IV - quantitativos de materiais e serviços globais e gerais dos projetos;
 - V - planilhas orçamentárias de custos com preço e sem preço (para futura licitação);
 - VI - composições de preços unitários dos serviços;
 - VII - cronograma físico-financeiro da obra;
 - VIII- cópia dos requerimentos protocolados junto aos órgãos competentes para a aprovação de todos os projetos;
 - IX - aprovação de todos os projetos pelos órgãos competentes.

- s.1) No recebimento definitivo dos projetos, quanto nos recebimentos parciais as versões deverão ser impressas em arquivo pdf, ou seja, deverão ser reproduções idênticas do arquivo digital que não é passível de alteração.
- t) A cópia dos arquivos editáveis deverá ser gravada em mídia digital (dwg e pdf – Programa AutoCAD/2005 ou superior, planilhas em Excel e textos em Word);
- u) Apresentar todos os projetos em plantas exclusivas para cada modalidade, além de uma planta geral baixa;
- v) Para elaboração do orçamento, fazer levantamento minucioso de todos os materiais a serem utilizados, os quais deverão ser de primeira qualidade, indicando quantidades e marcas mais adequadas existentes no mercado à época da entrega dos projetos (tecnicamente justificadas), apresentando listagens diferenciadas por projeto, observando a ordem alfabética de materiais, com os seus custos unitários, totais e globais planilhados;
- w) Compatibilizar os projetos, abordando todos os aspectos de interfaces possíveis entre as áreas de abrangência, com descrição pormenorizada, além da apresentação das plantas necessárias à perfeita compreensão;
- x) Fornecer amostras e catálogos técnicos dos materiais e equipamentos especificados, objetivando dotar o Departamento de Engenharia e Arquitetura e a empresa executora da obra, de elementos para controle, em cada fase da futura construção;
- y) Refazer os projetos e demais elementos técnicos que não forem executados a contento e fora das especificações e normas técnicas;
- z) Apresentar os projetos em sua versão final, acompanhados de índice, histórico dos fatos e memorial, onde sejam apontadas e descritas detalhadamente as complementações e/ou modificações realizadas e os respectivos motivos;
- aa) Acompanhar a aprovação dos projetos junto aos órgãos públicos, promovendo as alterações por eles solicitadas, informando, semanalmente, ao **CONTRATANTE**, a fase em que se encontram;
- ab) Dirimir dúvidas ou prestar esclarecimentos eventualmente solicitados pelas empresas interessadas no processo licitatório para a execução da obra, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- ac) Apresentar esclarecimentos técnicos e esclarecer dúvidas apresentadas pela empresa CONTRATADA para a execução da obra, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação do **CONTRATANTE**;
- ad) Modificar, adequar ou complementar os projetos, no prazo máximo de 5 (cinco) dias e sem custo para o **CONTRATANTE**, quando mostrarem-se inexecutáveis durante a fase construtiva da obra;
- ae) Responsabilizar-se pela qualificação dos profissionais designados, respondendo solidariamente com o autor do projeto que, eventualmente, apresente alguma irregularidade;
- af) Responsabilizar-se por quaisquer despesas, inclusive possíveis perdas e danos decorrentes da demora na execução, caso haja necessidade de modificação ou adequação dos projetos, devido à impossibilidade de execução conforme o projetado, sem qualquer custo adicional ao **CONTRATANTE**;
- ag) Os requerimentos ou manifestações da(s) empresa(s) referentes à entrega/execução do objeto (por ex.: prorrogações de prazos etc.), por medida de celeridade e segurança, deverão ser protocolados junto ao Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral do Tribunal de Justiça - Divisão de Protocolo Administrativo, sito na Sede Mauá- Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, que receberá um número de registro constando a data e hora de sua entrega, que valerá para fins de contagens de prazos legais, observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis, ou através do sítio eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/protocolo-admin>, devendo a interessada informar, no ato da protocolização, o número do expediente em epigrafe.

17. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. Conforme constante no Capítulo DO PAGAMENTO na Minuta do Contrato em anexo.
- 17.2. O pagamento será realizado em TRÊS parcelas, conforme cronograma:
- 1ª Parcela – Equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado após 20 (vinte) dias da emissão da OES, condicionado a entrega do Estudo Técnico Diagnóstico TED);

- 2ª Parcela – Equivalente a 30% (trinta por cento) do valor contratado após 20 (vinte) dias do aceite da fiscalização na 1ª parcela, condicionado a entrega do Anteprojeto;
- 3ª Parcela – Equivalente a 60% (sessenta por cento) do valor contratado após 20 (vinte) dias do aceite da fiscalização na 2ª parcela, condicionado a entrega do Projeto Executivo.

17.3. Somente será considerado cumprido o serviço após a entrega de todos os serviços descritos, e aceite pelo DEA, sem restar pendências ou correções por parte da contratada.

18. DAS PENALIDADES

18.1. Conforme constante no Capítulo DAS PENALIDADES na Minuta do Contrato em anexo.

19. DA GARANTIA

19.1. Conforme constante no Capítulo DA GARANTIA na Minuta do Contrato em anexo.

20. DA RESERVA ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da contratação de empresa especializada de arquitetura e/ou engenharia para elaboração de **Estudos Técnicos de Diagnóstico, Anteprojeto e Projeto Executivo de Acessibilidade, objetivando a adequação das Normas Técnicas para acessibilidade na Unidade do PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ situada no Município de Almirante Tamandaré – Fórum Central** ficarão à conta da dotação orçamentária do Departamento Econômico e Financeiro – DEF do exercício de 2023, estando o valor disponibilizado/bloqueado através do elemento 3.3.90.39.05 denominado Despesa Corrente – Outros serviços de terceiros PJ – Serviços técnicos profissionais, conforme constante nos documentos SEI 8815872 e 8816010.

20.2. Conforme Informação 8815872, a despesa em comento está em conformidade com o Plano Plurianual (Lei nº 20.077 de 18 de dezembro de 2019), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 21.228 de 6 de setembro de 2022) e com a Lei Orçamentária Anual para 2023 (Lei nº 21.347 de 27 de dezembro de 2022).

21. DA VISITA TÉCNICA

21.1. Faltará-se à(s) empresas(s) interessada(s) a visita ao local onde serão realizados os serviços, qual seja: Rua João Baptista de Siqueira, 282 em Almirante Tamandaré, PR.

21.2. A Contratada não poderá eximir-se da responsabilidade assumida com a apresentação da proposta, nem do fiel cumprimento de suas obrigações, alegando desconhecimento do imóvel em questão ou das condições e peculiaridades deste.

21.3. Todas as precauções em relação à pandemia de COVID -19 também deverão ser respeitadas.

22. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

22.1. Os critérios de sustentabilidade deverão ser definidos nos cadernos e projetos a serem elaborados, atentando-se para os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas que deram origem aos bens ou serviços a serem contratados, bem como o descarte dos resíduos da construção.

Nesse sentido, deve-se verificar a disponibilidade no mercado de produtos com critérios de sustentabilidade, buscando a redução nos custos ambientais com o uso de recursos naturais, bem como aqueles relacionados com o objetivo de fomento a novos mercados e tecnologias, além da prevenção da saúde e segurança, tais como: a utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis e que reduzam a necessidade de manutenção, entre outros.

Consideram-se como produtos mais sustentáveis aqueles:

- a) cujo processo produtivo implique menor uso de energia, água e matéria-prima;
- b) cujo processo produtivo implique geração reduzida de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa;
- c) oriundos de fonte renovável;

- d)** cujos resíduos gerados no fim da sua vida útil possam ser reciclados, reaproveitados ou ainda retornados à cadeia produtiva, ou ainda destinados, conforme o sistema de logística reversa, para destinação final adequada;
- e)** que possuam qualidade, sejam úteis, duráveis e resistentes, com redução dos custos de manutenção;
- f)** cuja vida útil esteja em equilíbrio com seu custo-benefício (maior vida útil do bem e da obra), inclusive com menor custo de manutenções, se for o caso;
- g)** devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilize materiais reciclados ou recicláveis, com o menor volume possível, porém com garantia de proteção durante o transporte e o armazenamento;
- h)** que privilegiam a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte: uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa;
- i)** em que as substâncias tóxicas podem ser substituídas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.

23. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

23.1. É vedada a participação de empresas reunidas em consórcio tendo em vista que não se trata de objeto de alta complexidade ou vulto que torne restrito o universo de possíveis licitantes, em razão da natureza, complexidade e porte dos serviços. As empresas atuantes no mercado possuem, sozinhas, condições de realizar o objeto da licitação e de suprir os requisitos do edital, aumentando a concorrência, pois assim concorrem entre si.

23.2. O objetivo em vedar a participação de empresas em consórcio é de evitar uma possível associação entre empresas interessadas e perfeitamente aptas a executar integralmente o objeto licitado, as quais poderiam, em vez de estabelecer disputa entre si, formalizar acordos para eliminar a competição.

APÊNDICE 1

Deverão constar como anexos ao presente Termo de Referência os documentos:

- Anexo 01 – PLANTAS FÓRUM CENTRAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ (8408349);
- Anexo 02 – PLANILHA PREÇOS MÁXIMOS (8408386);
- Relatório ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO (8408399);
- Anexo TERMO DE NOMEAÇÃO QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (8417274);
- Caderno de encargos (8956211);
- Especificações padrão TJPR (8956305).